

- XII -**O PROCESSO DE REFORMA EDUCACIONAL E SEUS
DESDOBRAMENTOS NA GESTÃO DA ESCOLA
PÚBLICA NO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE
GOIÁS**

Luís Gustavo A. da Silva
Universidade Federal de Goiás
luisgustavo.ufg@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este estudo pretende analisar questões referentes aos temas *reforma educacional e gestão escolar*, visando apreender o movimento e as contradições inerentes à implementação, na gestão da escola pública do Sistema Estadual de Educação do Estado de Goiás, de políticas públicas articuladas à um intenso processo de reforma educacional. Para identificar com maior precisão o objeto da pesquisa, a investigação tem como base a análise dos seguintes documentos oficiais: o Programa Pacto pela Educação, o Programa Reconhecer, as diretrizes avaliativas do Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (Saego) e o Currículo-Referência. Esses documentos foram elaborados pela Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes (Seduc) destinados a regulamentar a gestão do sistema, a avaliação e o currículo implementados nas escolas públicas estaduais.

A REFORMA EDUCACIONAL EM GOIÁS: PROGRAMAS E AÇÕES

A reforma educacional iniciou-se no Estado de Goiás, no ano de 2011, no governo de Marconi Perillo (2010-2014) com a divulgação do documento *Pacto pela Educação – Um futuro melhor exige mudanças* e a implementação das ações contidas no documento (GOIAS.SEDUCE, 2011). O *Pacto pela Educação* efetiva-se como política pública ao difundir as diretrizes e ações para a educação, no total são 5 eixos e 25 ações. O primeiro eixo intitula-se *Valorizar e fortalecer o profissional da educação*. O segundo *Adotar práticas de ensino de alto impacto*

no aprendizado. O terceiro Reduzir significativamente a desigualdade educacional. O quarto Estruturar o sistema de reconhecimento e remuneração por mérito. O quinto Realizar reforma na gestão e na infraestrutura da rede estadual de ensino.

O Pacto pela Educação constitui-se como o principal documento relativo ao processo de reforma educacional em Goiás e, a partir dele, foram elaborados um conjunto de programas e iniciativas educacionais fundamentados nos princípios da *responsabilização* e *meritocracia* para o conjunto do sistema. A introdução dessa lógica no sistema estadual de educação de Goiás amadureceu com a implementação do Programa Reconhecer (2011), a consolidação do Saego (2011) e a formulação do Currículo Referência (2013).

O Programa Reconhecer teve por objetivo instituir a política de bônus na estrutura do sistema estadual de ensino. A intenção era estimular o trabalho de regência dos professores e, por esse motivo, o bônus previa o pagamento de recursos adicionais aos professores da educação básica a partir dos critérios de assiduidade e de entrega do plano de aula. O plano deveria ser elaborado a cada 2 semanas de acordo com um modelo padrão e entregue ao coordenador pedagógico. Assim, a aula será somente considerada para o efeito de bonificação se o plano correspondente a ela tivesse sido entregue (GOIAS. SEDUCE, 2013).

No caso do Estado de Goiás foi formulado o Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (Saego), em 2011, com o objetivo de produzir diagnósticos sobre o nível de proficiência dos alunos matriculados na rede estadual de educação e nas escolas particulares conveniadas com o sistema público. Em geral, o Saego mantém o mesmo desenho de avaliação do SAEB, com a diferença de avaliar anualmente os alunos do 2º ano do ensino fundamental em Língua Portuguesa e os alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio em Língua Portuguesa e Matemática. (GOIAS,2016).

Para acompanhar o desenvolvimento pedagógico dos alunos da Educação Básica foi criada, pela Seduce, a avaliação dirigida amostral (ADA). Essa avaliação com característica diagnóstica nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências da Natureza tem por objetivo acompanhar o desempenho escolar dos alunos por bimestre. Em Goiás cria-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Goiana (Idego) obtido a partir dos resultados da Prova Goiás (anual) componente do Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (Saego) com os índices de fluxo escolar das escolas da rede pública estadual.

Nesse contexto, o trabalho docente destina-se à rearticulação dos conteúdos previamente definidos por uma matriz curricular associada às orientações das políticas de avaliação sistêmicas. Para alcançar esse objetivo, a Seduce elaborou o documento Currículo-

Referência com a intenção de definir com maior precisão os conteúdos, o foco e as habilidades que deveriam ser trabalhadas pelos professores nas escolas públicas. O Currículo Referência foi elaborado a partir de uma lógica bimestral, o que significa que os professores devem se orientar por um procedimento sequencial na abordagem dos conteúdos e alcançar os objetivos avaliativos propostos em um prazo de dois meses (GOIAS, 2012).

Para efetivar na sala de aula as orientações contidas no Currículo Referência foram elaborados os cadernos complementares de atividades. O caderno de aprendizagem *Aprender+* lançado no início de 2017 é direcionado aos alunos dos 5º e 9º anos do ensino fundamental e da 3ª série do Ensino Médio nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática com o objetivo de direcionar e conduzir o trabalho pedagógico realizado pelo professor em sala de aula.

As pesquisas acadêmicas desenvolvidas por Franco (2016) e Kirsten (2016) tiveram por objetivo analisar as políticas de valorização da carreira docente no Estado de Goiás, em particular, no programa intitulado Pacto pela Educação, bem como compreender como ocorreu o processo de intensificação e precarização do trabalho docente realizado na escola pública de nível médio.

Outros estudos foram realizados sobre a temática. As pesquisas Silva (2014), Moura (2016) e Libâneo (2011) investigaram o processo de implementação do programa Pacto pela Educação, em especial, na dimensão das repercussões relativas as formas de organização, de gestão e do processo de ensino-aprendizagem, bem como as consequências do incentivo meritocrático de bônus/prêmio para a organização da escola.

CONCLUSÃO

Os resultados das pesquisas evidenciaram forte influência de organismos internacionais na condução das políticas educacionais do Estado e significativa presença de organizações não governamentais na implementação de estratégias reformistas. Além disso, o programa de reconhecimento e remuneração por mérito é percebido pelos professores como um mecanismo de controle e punição ao instituir a matriz empresarial como parâmetro para o discurso educacional. Em geral, as ações relativas a reforma educacional promoveram um esvaziamento do protagonismo dos professores e a regulação das decisões pedagógicas na escola, bem como a padronização do processo de ensino-aprendizagem e a subordinação do processo educativo a uma lógica pautada pela memorização de conteúdos, empobrecendo a formação científica e o desenvolvimento cultural dos alunos.

REFERÊNCIAS

FRANCO, Kaio José Silva Maluf. A valorização profissional docente da educação básica em Goiás (1990-2015). Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Goiás-UFG, Jataí, 2016.

GOIÁS. SEDUCE. CAEd. *Revista do Sistema de Avaliação*. SAEGO. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, v. 3 (jan./dez. 2016), Juiz de Fora, 2016. Disponível em <http://www.saego.caedufjf.net/> acesso em 08/01/2019.

GOIAS. SEDUCE. *Pacto pela Educação: um futuro melhor exige mudanças*. 2011. Disponível em <http://www.seduc.go.gov.br/especiais/pactopelaeducacao/docs/MicrosoftPowerPoint>. Acesso em 08/01/2019.

GOIAS. SEDUCE. *Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás*. 2012. Disponível <http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/arquivos/CurriculoReferencia/CurriculoReferenciadaRedeEstadualdeGoias.pdf>. Acesso em 08/01/2019.

GOIÁS. Lei nº 18.093 de 17 de Julho de 2013. Institui, para o ano de 2013, o Bônus de Incentivo Educacional aos profissionais da educação pública estadual e dá outras providências.

KIRSTEN, Milena de Lourdes Gomes. O trabalho do professor e o pacto pela educação: políticas neoliberais no contexto educacional de Goiás. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Goiás – Jataí, 2016.

LIBANEO, José Carlos (2011) - Considerações críticas sobre o documento “diretrizes do pacto pela educação: reforma educacional goiana. Disponível em: <<http://sintego.org.br/midias/banners/13122013082557.pdf>>. Acesso em 08/01/2019.

MOURA, Priscila de Oliveira. O sistema de bônus/prêmio na reforma Pacto pela Educação (Seduc/Goiás 2011-2014). Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-UFG, Goiânia, 2016.

SILVA, Simônia Peres da. O processo de implementação das políticas educacionais e repercussões nas formas de gestão da escola e no processo de ensino-aprendizagem: o Pacto pela Educação em Goiás. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2014.